

As várias cores do socialismo moreno

João Trajano Sento-Sé*

Resumo. O artigo analisa a construção do Partido Democrático Trabalhista na década de 1980, tomando como cenário privilegiado o Rio de Janeiro. Concentra-se na análise de entrevistas com lideranças que estavam ligadas ao partido, divulgadas na coluna *Que socialismo é esse?*, do jornal *Espaço Democrático*. Aí, atenta para o tratamento dado aos temas democracia, socialismo e trabalhismo, revelando os dilemas e as divergências quanto à definição do novo partido. Chama a atenção para a importância política que o PDT teve no cenário do Rio de Janeiro, tanto no âmbito municipal, quanto no estadual.

Palavras-chave: PDT. Democracia. Socialismo. Trabalhismo.

Apresentação

Dada como perdida no que diz respeito à economia, politicamente a década de 1980 foi das mais intensamente vividas na história brasileira recente. Seu início foi marcado pelo retorno dos exilados ao longo do Regime Militar e pela sua reincorporação,

* João Trajano Sento-Sé é cientista político e professor do Departamento de Ciências Sociais da UERJ.

junto com os demais cassados, à vida política partidária. No outro extremo, em 1989, o Brasil deu um passo decisivo no processo de democratização ao realizar a primeira eleição presidencial direta desde 1960. Entre um momento e outro, ambos marcados por grandes mobilizações cívicas, o País viveu uma série de experiências históricas, como as eleições estaduais de 1982, a campanha pelas diretas em 1984, a convocação da Assembléia Constituinte em 1986 e a promulgação da “Constituição Cidadã”, em 1988. Esse é, portanto, um breve período, que ainda há de suscitar o interesse de muitos historiadores e estudiosos da política.

Uma das características mais acentuadas dessa década foi a laboriosa atividade voltada para a reestruturação do sistema político democrático, devastado pela ditadura que se encontrava em vias de exaustão. Nessa perspectiva, lideranças (antigas e novas, já em plena atividade ou retornando do ostracismo imposto pelos militares) moveram-se com o intuito de interferir na nova ordem que se instituía, de firmar posições e imprimir uma certa direção aos acontecimentos futuros. Se desejamos fazer um recorte singular do quadro macropolítico, com a intenção de recuperar alguns aspectos de um processo tão relevante para os desdobramentos políticos posteriores quanto intenso para a fundação de uma ordem amplamente democrática no Brasil, temos, no Rio de Janeiro, um dos cenários privilegiados de análise.

Tradicionalmente, a cidade do Rio de Janeiro funcionou como referência de alcance nacional ao longo de toda a história política do País. Ainda que sua importância tenha declinado desde a transferência da capital federal para Brasília e que a fusão, ocorrida em 1975, tenha representado uma redefinição de seu perfil, a cidade do Rio de Janeiro preserva, ainda hoje, algo da vocação política que lhe conferiu uma certa peculiaridade na história republicana brasileira, estendendo ao estado de que agora é capital um pouco de sua antiga mística. Na década aqui em questão, a vida política local esteve fortemente associada à política nacional, e isso se deveu, em grande parte, à presença da liderança de Leonel Brizola.

De volta do exílio, Brizola desembarcou no Rio de Janeiro decidido a fazer dali a base para a realização de uma antiga ambição, prematuramente abortada pelo movimento militar de 1964: chegar à presidência da República, confirmando sua condição de herdeiro e continuador da obra varguista e trabalhista. Identificando o Rio de Janeiro como o “tambor político” da República, Brizola fixou ali seu domicílio eleitoral, tornando-o a base de onde articularia a criação e consolidação de um novo partido trabalhista. O fato de seu líder máximo ter se radicado no estado fez com que o chamado novo trabalhismo e os debates a ele relacionados tivessem, no Rio de Janeiro, uma repercussão bastante significativa. Historicamente, esse vínculo já havia sido estabelecido em 1962, quando Brizola alcançou votação expressiva como candidato a deputado federal pelo então estado da Guanabara. Em seu retorno, tal vínculo foi rapidamente refeito, o que é patenteado pela vitória consagrada na eleição para o governo do estado, em 1982.

Passo decisivo para o cumprimento dos desígnios seus e dos que com ele se irmanaram, a vitória eleitoral de 1982 representou um impulso para a consolidação das bases políticas indispensáveis à concretização do projeto maior de Brizola. Sua realização, contudo, dependia da definição dos rumos políticos, ainda imprecisos e voláteis. Uma série de tarefas impunha-se. A organização do novo partido trabalhista em nível nacional e a definição de uma agenda capaz de viabilizá-lo politicamente, conferindo-lhe um perfil competitivo, eram duas delas. O vínculo à tradição trabalhista e ao antigo PTB foi, sem dúvida, o poderoso mote inicial a articular tais esforços. Porém, tal vínculo, a despeito de sua força simbólica, não era infenso a problemas. Embora fixada na memória política como uma corrente à esquerda no espectro político e comprometida com as causas populares, a tradição trabalhista também era associada a uma série de práticas tomadas por demagógicas, assistencialistas e conservadoras. Além disso, seu desempenho pretérito estava inevitavelmente ligado a alguns dos aspectos mais traumáticos do regime extinto em 1964. Finalmente, ao longo do tempo, compreendido entre a extinção dos antigos partidos e a retomada

do pluripartidarismo, o País sofreu modificações profundas, o que reduziria a pura e simples retomada da tradição trabalhista a um mero *revival* extemporâneo e anacrônico.

A perda da legenda do PTB para sua concorrente, Ivete Vargas, representou um duro golpe sofrido por Brizola, ainda em 1980. A disputa mereceu cobertura atenta por parte da imprensa e propiciou lances que merecem ficar registrados na crônica política nacional por sua bizarrice e pela devoção com que os envolvidos dedicaram-se à conquista da antiga legenda. Seu desfecho resultou na perda de quadros importantes para o partido que deveria representar o novo trabalhismo sob o comando de Brizola. Com a deserção de alguns antigos trabalhistas, principalmente daqueles radicados no antigo estado do Rio de Janeiro, figuras sem vínculos com o antigo trabalhismo ganharam maior densidade nos debates. Antigos quadros do PTB original, lideranças consolidadas que não haviam militado naquele partido e jovens promissores, dando seus primeiros passos na atividade política, protagonizaram um enorme esforço de formulação, no que estiveram implicados não poucos confrontos, cisões e acordos pontuais. É fundamentalmente sobre tais intervenções que versa este artigo. Elas são manifestações de convicções políticas, valores e princípios normativos de atores empenhados na definição programática e ideológica do novo partido que então se organizava, o PDT. Além disso, testemunham, ainda que parcialmente, a atmosfera que vigorava em meados dos anos de 1980 e a intensa mobilização política decorrente do processo de reinstitucionalização da democracia no Brasil.

O jornal *Espaço Democrático*

Houve um tempo, ainda não muito longínquo, em que a imprensa escrita era um instrumento eficaz e fartamente utilizado na divulgação dos valores e posições dos partidos políticos. Entre seu material de propaganda, cada partido de expressão contava com um periódico de circulação regular, voltado não somente para seus

membros e militantes, mas, também, para um público um pouco mais amplo, encarado como potencialmente simpático às posições defendidas pela agremiação partidária. No caso do PDT, nos anos de 1980, o jornal *Espaço Democrático* cumpriu esse papel.

O *Espaço Democrático* começou a circular no primeiro semestre de 1984, quando o governo Brizola completava um ano. Criado sob os auspícios do Instituto Alberto Pasqualini (órgão do PDT destinado a funcionar como centro de reflexão e formulação teórica do partido e de tratar de seu acervo documental, da produção de material e implementação de atividades ligadas à sua doutrina), o *Espaço Democrático* era um periódico de circulação semanal, com tiragem de três mil exemplares, disponível em algumas bancas de jornal ao preço, no ano de seu lançamento, de trezentos cruzeiros.

Ao longo do tempo em que circulou de forma regular, o semanário pedetista sofreu algumas modificações. É possível, todavia, verificar, no período aqui estudado (o ano de 1984 e os primeiros cinco meses de 1985), algumas regularidades em sua linha editorial. Em suas doze páginas, eram publicadas matérias sobre a conjuntura política nacional e os acontecimentos da última semana. Havia também artigos sobre questões internacionais relevantes e, em espaço mais reduzido, sobre questões locais dos vários estados da federação. A maior parte do jornal, no entanto, era destinada à publicação de colunas assinadas por articulistas vinculados ao partido, a matérias sobre as várias seções do PDT, a entrevistas com intelectuais e figuras públicas, a informações sobre iniciativas do governo Brizola e a discussões sobre os rumos futuros da política nacional. Nas discussões sobre política, não faltavam críticas diretas a outras agremiações partidárias. Embora compreensivelmente mais raras, notícias e artigos sobre acertos de contas em querelas internas do partido também tinham seu lugar.

Uma variedade tão grande de intervenções oferece um interessante quadro de alguns dos principais debates travados naquele período decisivo para a democracia brasileira, com o atrativo adicional de estarem marcadas por clivagens políticas e ideológicas abertamente assumidas. Entre essa variedade de material, uma seção,

publicada entre março de 1984 e maio de 1985, merece atenção especial. Chamava-se *Que socialismo é esse?* Nela, o jornalista paulista José Fucs entrevistava lideranças e quadros do partido sobre o modelo político que consideravam mais adequado para o Brasil. Como o próprio título sugere, a seção era um espaço para que os entrevistados explicitassem o modo como entendiam o compromisso com o socialismo, defendido oficialmente pelo partido, desde antes de sua criação formal, como princípio ideológico orientador de sua ação política. Publicada sempre em página inteira e com chamada destacada na primeira página do jornal, essa seção originou-se de um conjunto de vinte entrevistas feitas por José Fucs. Em sua edição de 26 a 31 de março de 1984, o *Espaço Democrático* descrevia assim a origem da seção:

A partir de uma entrevista histórica de Darcy Ribeiro no Pasquim, sobre as nuances de um governo socialista democrático, o jornalista paulista José Fucs teve a idéia de aprofundar o tema. Durante mais de um ano ouviu lideranças do PDT – de Juruna a Brizola – num trabalho que acabou resultando em seu livro “Que socialismo é esse?”. Nesse último número, iniciamos a série de vinte dessas entrevistas, a começar pelo presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade.¹

Aparentemente, a idéia teve boa repercussão, e o número de entrevistas aumentou das vinte iniciais para um total de quarenta e cinco.² A consulta à coleção revela uma ausência significativa: a despeito da menção a ela, no texto de abertura, a suposta entrevista com Leonel Brizola jamais foi publicada. A omissão dessa entrevista (caso ela tenha realmente se realizado) talvez se explique pelo próprio conteúdo do que estava em discussão: os fundamentos do perfil programático e ideológico do partido. Ao não trazer a público suas próprias convicções, Brizola punha-se a salvo das contendas decorrentes dos diversos sentidos atribuídos ao socialismo,

preservando, ao mesmo tempo, sua posição de líder e árbitro do confronto que se travava publicamente.

A relevância historiográfica da análise crítica dessas discussões é indiscutível. Afinal, elas são trazidas a público num momento em que o partido estava em franco processo de organização, governando um dos mais importantes estados da federação, num contexto em que faziam parte da agenda os debates em torno do processo sucessório federal, do qual o PDT esperava participar com grandes chances de fazer de seu maior líder o novo presidente da República. Finalmente, cabe salientar o fato de que estavam alinhadas ao partido algumas figuras históricas cujas biografias, em muitos casos, eram marcadas pela militância, antes do Regime Militar e/ou durante ele, em campos concorrentes, quando não opostos.

A seção *Que socialismo é esse?*, portanto, pode ser encarada como uma tribuna ampliada, em que forças diversas, forjadas em trajetórias variadas, disputavam o significado de sua participação naquele momento histórico singular. Nela, temos intervenções de antigos trabalhistas ligados ao ex-presidente João Goulart, de trabalhistas outrora identificados com a linha “mais radical” assumida por Brizola antes do golpe de 1964, de trabalhistas outrora identificados com as correntes “fisiológicas” do antigo PTB, de lideranças do antigo PSB, de remanescentes da luta armada, de jovens que haviam ingressado na política já no Regime Militar e de representantes das esquerdas marxistas e não-marxistas, cabendo, inclusive, a intervenção de um ex-membro da ARENA e do PDS, filho de pai ilustre: Ademar de Barros Filho. A pluralidade de filiações era atestada pelo breve resumo biográfico apresentado como cabeçalho da cada entrevista, em que eram destacadas as principais informações acerca da trajetória política do entrevistado.

O mote do socialismo tem sua razão de ser. Ainda em 1979, quando a movimentação em torno da fundação de um novo partido trabalhista ganhava força, um encontro, realizado em Lisboa, reuniu exilados brasileiros espalhados por várias partes do mundo. Desse encontro, de que também fizeram parte figuras radicadas no Brasil, foi produzido um documento que ficou conhecido como Carta de

Lisboa, síntese da atualização do trabalhismo ao novo contexto nacional e internacional. Nele, ficou estabelecido que o novo trabalhismo seria uma força política pautada pela implantação de um regime socialista de corte democrático no Brasil.

Em 1982, no auge da campanha pelo governo do estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, candidato a vice-governador na chapa encabeçada por Brizola e trabalhista histórico ligado a João Goulart, lançou a máxima do socialismo moreno, entendido como o caminho brasileiro para a fundação de uma ordem política socialista no Brasil. A máxima alcançou enorme sucesso, tornando-se uma das marcas registradas da campanha vitoriosa. Cabia, após a primeira vitória, definir com precisão o seu conteúdo. Desse modo e tendo em vista o perfil de vários quadros que se empenharam na fundação do novo partido trabalhista, a discussão sobre o tipo de socialismo a ser encampado no Brasil aparecia como matéria central, quando, a despeito da vitória eleitoral no Rio de Janeiro, o novo partido trabalhista ainda mobilizava esforços para consolidar-se institucionalmente.

As razões do debate

O debate em torno do socialismo que seria esposado pelo novo partido trabalhista explicita, de imediato, ao menos uma convergência, conquanto precária: a aceitação geral, ainda que em alguns casos meramente retórica, do socialismo como princípio “filosófico” para a orientação do partido. O mote de confluência parecia fornecer um solo comum e aproximar trajetórias tão díspares entre si como as do troquista Edmundo Muniz, do eurocomunista Pedro Celso Uchoa Cavalcante, do trabalhista histórico Doutel de Andrade, da ex-militante da ALN Moema São Thiago, do Cacique Juruna e do líder das Ligas Camponesas Francisco Julião. Isso para não mencionar os casos de Ademar de Barros Filho e do antigo udenista “bossa nova” José Carlos Guerra. O arco era, portanto, amplo e variado.

Abarcar lideranças expressivas das diversas correntes que então se aglutinavam no PDT foi, por razões óbvias, uma estratégia

intencional dos responsáveis pela seção *Que socialismo é esse?* Afinal, a formação desse novo partido, que provisoriamente se chamava PDT, era um projeto em gestação, forjado em um contexto de mudanças políticas importantes e de expectativas otimistas. Sendo assim, eram recorrentes as afirmações favoráveis a que o novo partido trabalhista fosse caracterizado pelo pluralismo e pela capacidade de agregar correntes e experiências variadas.

A despeito de tal orientação, ou em função dela, as convergências verificadas eram acintosamente precárias. A adoção do socialismo e a defesa do pluralismo interno não dissimulavam tensões e conflitos, o que, de resto, seria previsível e mesmo salutar para a intensidade do debate, desde que conduzidos de forma hábil e paciente. Curiosamente, contudo, as discrepâncias praticamente não aparecem de forma explícita nas entrevistas. Elas são flagradas apenas mediante a leitura atenta, nas entrelinhas dos posicionamentos quanto à ênfase que seria dada aos princípios definidores do novo partido e às filiações históricas e teóricas que deveriam ancorá-lo. Uma das raras exceções é a avaliação do ex-membro da esquerda democrática da UDN, liderança histórica do antigo PSB e, então, presidente interino do PDT, professor Bayard Boiteux:

O PDT é um partido democrático – ainda com alguns senões autoritários – mas segundo o meu ponto de vista, é o melhor programa dentre as organizações políticas. Afirmar-se socialista, porém, para transformar-se em um partido verdadeiramente socialista, precisa fazer importantes modificações em seu programa, métodos de trabalho e atitudes de seus dirigentes (Boiteux, 1984).

A dureza com que Bayard Boiteux avalia a precariedade da estrutura organizacional do partido não é o tom dominante das

entrevistas. Nelas, o que se pode observar são as nuances das diversas percepções sobre o perfil desejado para o partido e sobre seu papel histórico. Uma boa pista para se perceberem as disputas entre as várias tendências é o debate em torno da legenda. Disputas pelo nome do novo partido trabalhista fazem parte dessa história desde suas origens. Nessas querelas, não estavam em jogo somente preferências casuais. No contexto em que o sistema político partidário reestruturava-se e em que novos partidos movimentavam-se para se firmar no novo quadro institucional, as disputas por posições no plano simbólico não eram irrelevantes. Após a já mencionada perda da sigla histórica do PTB, a escolha da nova denominação recaiu no PDT, Partido Democrático Trabalhista. Por essa sigla, marcava-se tanto a filiação do partido à tradição trabalhista, quanto se acentuava seu conteúdo democrático. No entanto, ao que tudo indica, tal escolha foi encarada como provisória por várias correntes, recurso de emergência num contexto em que o partido devia se preparar rapidamente para o pleito de 1982. Passada essa fase inicial, cabia retomar a discussão e adotar uma marca mais condizente com a linha mestra do partido.

A discussão sobre a mudança de legenda tomava espaço nada desprezível do jornal *Espaço Democrático*. Regularmente, eram publicados artigos, entrevistas e reportagens em que posições acerca da mudança da sigla e da criação de um novo partido eram assumidas. Na seção *Que socialismo é esse?*, na parte superior esquerda da página, alinhada ao cabeçalho em que constavam os dados do entrevistado, aparecia a sigla que, aparentemente, ele esposava. As propostas mais recorrentes eram PSPTB (Partido Socialista Popular Trabalhista Brasileiro), PSDT (Partido Socialista Democrático Trabalhista), PDTS (Partido Democrático Trabalhista Socialista) e PTS (Partido Trabalhista Socialista). Em raros casos, não há registro de qualquer sigla ao lado dos dados do entrevistado. Embora essa possa parecer uma discussão bizarra, tanto quanto as propostas aventadas, percebe-se claramente ter havido uma tendência a fixar no próprio nome do partido sua inclinação socialista sem, contudo, abrir mão do legado trabalhista e, simultaneamente, firmar seu compromisso com a democracia.

Nos debates sobre o partido e sobre a legenda que deveria ser adotada, três eixos centrais destacavam-se claramente: a democracia, o trabalhismo e o socialismo. Nos significados atribuídos a cada um desses termos, as diferentes filiações revelavam-se e antecipavam as dificuldades de articulação que posteriormente marcariam a trajetória do partido que, finalmente, manteria a denominação inicial – PDT.

Socialismo e democracia

Entender os problemas do arranjo institucional que entraram em colapso com o golpe de 1964 foi uma das árduas tarefas impostas à geração que testemunhou a *débâcle* da frágil democracia fundada no Brasil em 1945. Esse trabalho ocupou alguns dos mais talentosos analistas políticos dessa mesma geração e resultou no reconhecimento da importância que deveria ser dedicada à preservação do sistema político representativo e de suas instituições. Simultaneamente e também como parte do doloroso ajuste de contas com a experiência abortada pelo golpe militar, consolidou-se a percepção de que o radicalismo de certos setores da esquerda, do qual faziam parte Brizola e seus seguidores, aliado à negligência para com os dispositivos da chamada democracia formal, concorreu decisivamente para a imersão do País no autoritarismo e no arbítrio. Certamente, esses fatores contribuíram decisivamente para que se criasse uma forte tendência ao consenso em torno da preservação e consolidação das instituições democráticas.

No caso do novo trabalhismo, exatamente por estar se constituindo em torno da liderança de Brizola, a preocupação em firmar compromisso com a institucionalidade democrática foi bastante enfatizada. Eram recorrentes as declarações quanto ao imperativo de se fortalecerem as instituições democráticas, à importância do pluralismo partidário e ao estímulo à participação política da sociedade através das suas várias formas associativas. A despeito das menções recorrentes a cada um desses aspectos da democracia formal, pode-se perceber claramente que era pelo terceiro que alguns dos entrevistados procuravam diferenciar o projeto do

socialismo democrático. É esse o espírito traduzido pelo depoimento de Brandão Monteiro, representante da UNE na frente de Mobilização Popular, nos idos de 1962, e então secretário de transporte do governo Brizola:

69

Em primeiro lugar nós temos que garantir a consolidação democrática do país. Não podemos dar um salto para o socialismo sem que as massas organizadas possam direcionar o nosso processo político. Então, a primeira tarefa é a unificação democrática do país (Brandão Monteiro, 1984).

A expectativa de que as “massas organizadas”, no dizer de Brandão Monteiro, assumissem a condução do processo político era reforçada por Luiz Alfredo Salomão, quadro da nova geração que se filiara ao PDT egresso do antigo MDB e então secretário de obras e de meio ambiente do estado do Rio de Janeiro: “A sociedade deve estar envolvida não apenas na consulta e na definição do planejamento, como na definição e na supervisão dos atos governamentais” (Salomão, 1984).

Temos, assim, uma combinação curiosa entre a adoção da democracia representativa e a expectativa de que fossem criados, a médio prazo, mecanismos bastante próximos do que poderia ser entendido como uma democracia direta, com uma sociedade civil atuante e em estreita cooperação com agentes e instituições estatais. Essa era uma perspectiva não muito incomum naquele momento. Desde meados da década anterior, a sociedade civil brasileira conhecia um processo de intensa mobilização, revelando uma vitalidade rara na história política do Brasil. É compreensível que ela aparecesse como uma referência importante para aqueles que defendiam a construção de uma sociedade democrática que, sendo simultaneamente socialista, pudesse ir além da pura e simples adoção dos mecanismos próprios das democracias liberais organizadas com base na representação parlamentar. Era possivelmente animado por essa expectativa de dar alguns passos à frente em relação ao modelo

político liberal que Pedro Celso Uchoa Cavalcante, intelectual afinado com as teses daquilo que ficou conhecido como *eurocomunismo* e principal redator da famosa Carta de Lisboa, rejeitava o modelo social-democrata:

Eu não sou social-democrata, sou até muito crítico em relação à social-democracia, como também não faço parte do “socialismo real”. Eu me identifico, à guisa de síntese, com uma busca que existe hoje no mundo para conciliar essa vontade igualitária que o socialismo carrega consigo e o desejo de liberdade que vem do liberalismo. O socialismo democrático simboliza essa busca, abrindo a possibilidade histórica de avançar a igualdade e ampliar a liberdade [...]. Grosso modo, a social-democracia é uma proposta de reforma numa sociedade capitalista, onde a propriedade dos bens de produção, para usar uma linguagem marxista, não é atacada (Uchoa Cavalcante, 1984).

A despeito do uso da terminologia marxista, o socialismo do redator da Carta de Lisboa era inspirado, conforme seu próprio depoimento, nos valores iluministas, no humanismo e no socialismo utópico. Também para ele, a construção do socialismo implicava necessariamente a ampla participação popular nos processos decisórios. No entanto, Uchoa Cavalcante posicionava-se mais claramente quanto à importância das instituições políticas ao introduzir, no debate, a proposta de descentralização do poder político e o conseqüente fortalecimento da municipalidade. Havia em curso um trabalho de engenharia institucional, e era dele que seriam produzidos os mecanismos de ampliação dos canais de participação política.

Ainda na passagem extraída do depoimento de Uchoa Cavalcante, observa-se a preocupação de diferenciar o socialismo ali defendido daquele ainda vigente na União Soviética. Essa preocupação aparece em praticamente todas as entrevistas. A

distinção entre o socialismo moreno e o “socialismo real” tinha vários significados. Ela representava, para alguns, a rejeição peremptória do modelo soviético, assim como de todos os demais regimes de partido único. Em outros casos, tal rejeição restringia-se simplesmente à adoção dos meios revolucionários para a instauração do regime socialista e a seus desdobramentos historicamente conhecidos, para o caso brasileiro. Havia aqueles que exaltavam abertamente os avanços sociais obtidos pelo “socialismo real”, ressaltando que tais avanços seriam alcançados no Brasil por outros meios. Finalmente, havia aqueles que fundavam sua rejeição de modo enfático na relevância que conferiam às liberdades democráticas. Embora houvesse, em cada uma dessas grandes famílias, nuances significativas, a tradução teórica dessa diferença pode ser expressa na percepção do lugar da teoria marxista como instrumento de análise e orientação políticas.

Historicamente, o trabalhismo brasileiro jamais se identificou com o marxismo, mas, ao contrário, consolidou-se como um concorrente das forças marxistas na disputa pela representação legítima dos anseios dos trabalhadores e das classes subalternas. Ainda assim, as relações entre trabalhistas e marxistas não foram, no período de 1945 a 1964, marcadas apenas por disputas. Aproximações e alianças pontuais também ocorreram.

No contexto do início dos anos de 1980, o mesmo padrão de interação estabeleceu-se. À época em que as entrevistas foram realizadas, a criação de um partido comunista ainda não era permitida por lei, o que só viria a ocorrer em 1985, após a instauração da Nova República. Diante disso, e mesmo após a recriação do PCB e do PC do B, não poucos marxistas optaram por se integrar na frente ampla de oposição ao regime militar postulada pelo PMDB ou por se engajar na construção do PT. Ainda assim, alguns marxistas decidiram unir forças em torno do projeto de fundação do novo trabalhismo, recuperando os contatos mantidos em tempos passados. Foi Francisco Julião, antigo líder das ligas camponesas, quem declarou:

[...] quando nos encontramos, fiz uma consulta prévia ao Brizola: o seu projeto, essa idéia de fundação de um partido trabalhista moderno, dinâmico, já visualizando o socialismo admite a colaboração de um grupo de marxistas independentes que pretendem formular toda a vida política do país, marchar para um projeto eminentemente nacionalista e que quer descobrir na própria história do povo brasileiro, nas suas grandes lutas sociais aquilo que nós consideramos como válido para a implantação do socialismo no Brasil? Ele disse: sim, eu aceito a colaboração também do pensamento científico, embora eu seja um pragmático, um espiritualista [...] (Julião, F., 1984).

O fato de não se apresentar como um partido marxista não impedia, portanto, que o PDT abrigasse lideranças históricas afinadas com o marxismo. Esse era o caso de Julião, tanto quanto o de Edmundo Muniz, intelectual trotskista que chegava mesmo a declarar-se favorável à opção revolucionária:

Eu acredito que chegou o momento, no Brasil, de criar um partido revolucionário, capaz de mobilizar as massas de todas as camadas sociais, conforme a originalidade brasileira, tendo em vista o desenvolvimento desigual de nossa vida econômica (Muniz, 1985).

Continuando na mesma linha de raciocínio, buscando compatibilizar a opção revolucionária com a defesa das liberdades democráticas, Edmundo Muniz afirmava:

Para mim, todo socialismo é democrático. O termo aí é uma redundância. Não há socialismo sem democracia. Eu considero a União Soviética, por exemplo, como uma nação democrática. Ela não

As várias cores do socialismo moreno

necessita mais realizar a sua revolução, o que ela necessita é de uma liberalização política (idem).

Pelo depoimento de Edmundo Muniz, pode-se depreender a existência de uma perspectiva à esquerda mais radical, embora, mesmo nesse caso, a combinação entre a perspectiva marxista e revolucionária, por um lado, e o imperativo da liberdade política, por outro, preservasse a adesão amplamente declarada ao pluralismo e às liberdades políticas. A adoção do marxismo, bem como a de seus principais postulados, como teoria orientadora da linha do partido era, no entanto, claramente residual. Não só a defesa da opção revolucionária era rejeitada como indesejável ou inaplicável para o caso brasileiro, mas também a própria centralidade da luta de classes como chave para o entendimento das contradições básicas da sociedade era encarada por vastos setores do partido, como recurso precário para a orientação da atividade política. Quanto a esse ponto, Darcy Ribeiro estava entre os que se manifestavam de forma mais contundente:

Se quisermos uma explicação para a maior parte das coisas, temos que partir do fato de que o que determina o destino de cada pessoa é a classe em que ela nasceu. Nada é explicável sem referência à luta de classes. Mas é uma estupidez querer reduzir tudo à luta de classes. Por exemplo, mais importante do que a luta de classes é a lei da gravidade. Mas ninguém diria que quando o catarro cai para baixo do nariz é pela lei da gravidade. Não é. É outra coisa. Agora, tem muita gente que confunde o catarro com a lei da gravidade e diz que tudo é luta de classes. Tem outras coisas, além da luta de classes no mundo. Há, por exemplo, a infecção intestinal (Ribeiro, 1984).

Ao rejeitar a luta de classes como eixo de análise para o conflito político, Darcy Ribeiro, simultaneamente, definia a luta socialista como uma tarefa predominantemente política, voltada para a

conquista dos instrumentos de poder do Estado mediante a participação nos processos eleitorais para, a partir de então, “passar o Brasil a limpo”, efetuando as reformas estruturais necessárias à consagração da democracia social.

A despeito da convergência na defesa do pluralismo político, são perceptíveis as diferentes perspectivas sobre o alcance e o sentido do termo *democracia* quando associado ao mote do socialismo. Tais diferenças podiam ir bem mais longe do que as nuances aqui apontadas. Do mesmo modo, eram menos compatíveis entre si do que sugere o tom cuidadoso com que muitas vezes as várias posições eram assumidas. É possível perceberem-se filiações diferentes (os socialismos utópicos, os marxismos, o humanismo, o solidarismo cristão etc.), perspectivas mais identificadas com as chamadas liberdades dos antigos contrapostas a outras, mais afinadas com as ditas liberdades dos modernos.³ A ênfase na referência às “massas” organizadas, por exemplo, combinava apenas precariamente com as posições mais atentas para a realização de mudanças constitucionais capazes de alterar os padrões de distribuição de poder. O discurso favorável ao fortalecimento das instituições deixava várias vezes de ser prioritário quando cotejado com a urgência de mudanças estruturais radicais. Finalmente, o imperativo da organização da sociedade civil era, com frequência, confrontado com a estratégia de tomada do poder do Estado, ainda que pelos meios legais e constitucionalmente estabelecidos. Se a percepção do sentido da democracia surpreende um leque variado de posicionamentos, não menos multifacetadas eram as formulações acerca da combinação do socialismo com a tradição trabalhista brasileira. Esse é o ponto tratado a seguir.

Trabalhismo e socialismo

Tradicionalmente, as relações entre trabalhistas e socialistas no Brasil foram tão ambíguas quanto aquelas que pautaram os contatos entre os primeiros e os marxistas ligados ao antigo PCB. Na república de 1945, o PSB foi formado a partir da mobilização

pelo fim do Estado Novo. Nessa ocasião, portanto, tínhamos socialistas irmanados com os grupos que viriam a criar a UDN, contra Vargas e pela redemocratização. Esse dissenso de origem jamais se desfaria completamente, mesmo após udenistas e socialistas afastarem-se uma vez deposto o inimigo comum e cerrarem fileiras em campos opostos e partidos diferentes.

Ao longo do regime de 1945 a 1964, o PSB foi um partido relativamente pequeno, predominantemente urbano, de classe média e sem grande penetração junto às classes trabalhadoras. Nesse período, seus quadros e líderes eram, em sua maioria, bastante críticos em relação aos métodos do PTB. Ainda assim, no contexto dos anos de 1980, quando a legislação também interditava a criação de um partido socialista, muitos dos ex-membros do antigo PSB cerraram fileiras no projeto voltado para a criação de um novo partido trabalhista. O depoimento de José Maria Rabelo, ex-dirigente do antigo PSB, é elucidativo acerca tanto da postura crítica de alguns socialistas, quanto à revisão feita por eles àquele momento:

Nós que vínhamos do antigo PSB – Partido Socialista Brasileiro – carregávamos conosco os mesmos preconceitos que as elites brasileiras sempre tiveram contra o trabalhismo. Nós nos deixávamos impressionar pelos aspectos adjetivos do fenômeno trabalhista – o peleguismo, o fisiologismo de grandes setores do antigo PTB, a inegável corrupção de muitos líderes, etc. e olvidávamos os seus aspectos fundamentais, substantivos, que coincidiam com os pontos mais altos de nossa história contemporânea, da história brasileira (Rabelo, 1984).

O mesmo tom pode ser observado no depoimento de Moema São Thiago, ex-militante da ALN, quando se recorda da aproximação de seu grupo, ainda no exílio, a Brizola: “Tentávamos pegar o trabalhismo naquilo que ele tinha de positivo, naquilo que ele tinha de compromisso social, de mudanças profundas nas relações de trabalho e de participação na riqueza nacional” (São Thiago, 1984).

Pode-se perceber, em ambos os depoimentos, uma tentativa de releitura do papel do antigo trabalhismo no cenário político e social brasileiro. Simultaneamente, há implícita a expectativa de “purificação” dos antigos vícios trabalhistas – o peleguismo, a corrupção, o tráfico de influência – em sua versão moderna. Em suma, talvez fosse possível dizer que quadros oriundos de outras correntes da esquerda alimentassem a expectativa de fundação de uma espécie de trabalhismo ilustrado, impermeável aos vícios de sua versão original.

O reconhecimento de algumas virtudes do antigo trabalhismo era ponto comum entre boa parte daqueles que não remontavam sua carreira política ao velho PTB. Cabia tanto extrair algumas de suas teses, como atestam as posições assumidas por José Maria Rabelo e Moema São Thiago, quanto alimentar-se do lastro histórico acumulado pelas antigas lideranças trabalhistas. Era nessa segunda direção que se colocava Clóvis Brigagão, intelectual auto-exilado que tomou contato com Brizola em Lisboa, ao descrever as discussões organizadas na capital portuguesa, os chamados *cabildos abiertos*:

Nestas discussões, o Brizola dava a parte histórica, resgatando a memória do trabalhismo, e nós, os barbudinhos – como, no início, até ele nos chamava – que tínhamos uma inquietação do mundo de hoje, querendo abrir novos caminhos, puxávamos esta história, que é muito importante, para os dias atuais. Houve, assim, a junção daquilo que era a tradição das lutas sociais e populares, que Brizola encarnava, com os vários segmentos que representavam a luta armada, a luta pelo socialismo, pela soberania e pelo anti-imperialismo. E a marca que cimentava esta união era a nossa preocupação de resgatar a democracia para a esquerda brasileira (Brigadão, 1984).

Também nessa perspectiva, havia uma clara demarcação, ainda que mais sutil, dos limites impostos à contribuição da experiência trabalhista anterior a 1964 para sua nova configuração. O

trabalhismo era admitido como crivo para a compreensão de um certo experimento histórico, marcado por avanços e erros que deveriam ser bem conhecidos por aqueles que buscavam trazer para si a bandeira democrática e socialista. Havia, por outro lado, uma explicação pragmática para o encontro entre as duas correntes. Anacleto Julião reconhecia que:

[...] o trabalhismo foi o maior movimento de massas que existiu no Brasil em toda a sua história. Mesmo antes de 1964, já existia uma identificação muito grande entre os trabalhistas e os socialistas brasileiros. O Partido Socialista Brasileiro era composto de grandes personalidades, de intelectuais do maior gabarito, mas era um partido que tinha pouca massa, exatamente porque era um partido teórico. [...] exatamente porque um precisava do outro é que nós temos hoje a unidade dos trabalhistas e socialistas no país (Julião, A., 1984).

Pelo depoimento de Anacleto Julião, temos não somente uma explicação pragmática, mas, principalmente, a proposição de uma espécie peculiar de divisão do trabalho partidário. Por ela, caberia aos quadros socialistas, em virtude de sua capacidade intelectual, a tarefa de formulações teórica e programática do partido. Aos trabalhistas históricos, em função de sua experiência e capacidade de recrutamento das massas, competiria conferir densidade popular ao novo trabalhismo.

Escusado dizer que nenhuma das posições anteriormente apresentadas satisfazia aos antigos trabalhistas. Em linhas gerais, eles se dividiam em duas versões. De um lado, havia aqueles que viam o trabalhismo antigo como a própria experiência socialista à brasileira e, de outro lado, aqueles que encaravam o trabalhismo como a experiência de transição brasileira para o socialismo, uma etapa, portanto, que seria futuramente superada. Da primeira vertente, o depoimento de Eduardo Chuay, ex-ajudante de ordem do gabinete

militar de João Goulart, é elucidativo: “O trabalhismo é o socialismo no Brasil. É o socialismo das condições brasileiras. Eu acho que o mundo atual provou que cada nação tem o seu caminho para o socialismo” (Chuay, 1984).

Possivelmente, essa era a perspectiva da maior parte dos chamados trabalhistas históricos, sobretudo daqueles que, no período anterior a abril de 1964, eram mais próximos de Jango. Para eles, a associação do trabalhismo às teses socialistas representava uma espécie de retratação histórica a que estavam procedendo alguns dos seus críticos mais ferrenhos: os próprios socialistas.

Uma segunda posição assumida entre alguns antigos trabalhistas abordava o socialismo como um passo adiante em relação ao antigo trabalhismo. No calor dos debates travados em meados da década de 1980, mesmo entre trabalhistas históricos havia aqueles que identificavam a adoção das teses socialistas como um avanço, uma radicalização das bandeiras populares empunhadas pelo antigo PTB. Foi Cibilis Vianna, ex-assessor econômico de Jango e de Brizola, quando esse último foi governador do Rio Grande do Sul, quem reconheceu que, comparativamente ao antigo trabalhismo, “[...], o socialismo democrático já é outro passo. É a continuidade desse mesmo movimento. Hoje, nós achamos que a visão trabalhista seguiria, normalmente, seu caminho, desembocando no socialismo democrático” (Viana, 1984).

Embora sutil, a diferença entre os dois últimos depoimentos citados era, na prática, bastante significativa. Entender o trabalhismo como a versão brasileira do socialismo denotava abraçar incondicionalmente essa tradição e retomá-la do ponto em que fora brutalmente interrompida. Essa era uma perspectiva diferente, portanto, daquela que reconhecia simplesmente que o próprio trabalhismo, caso não fosse devastado por cassações e pelo exílio, acabaria se tornando algo diferente de si mesmo, o que caberia fazer naquele novo momento histórico.

Nenhuma dessas duas perspectivas encampadas pelos trabalhistas históricos aproximava-se do radicalismo com que outros setores defendiam a necessidade, quando não a urgência, de se operar

a superação do trabalhismo pelo socialismo. Esse era o caso, por exemplo, de Amaury Muller, que começara sua carreira política no MDB gaúcho e, como deputado federal, fora cassado pelo governo Geisel, em 1976:

Nós não podemos ficar parados no tempo e no espaço, patinando na idéia do trabalhismo porque ele não serve como proposta para o futuro. Se nós pregamos uma sociedade livre, aberta e igualitária, se falamos em justiça social e respeito aos direitos do trabalhador, nós temos que construir uma sociedade socialista, onde os interesses da coletividade se sobreponham aos interesses privilegiados dos de uma minoria (Muller, 1985).

A percepção de que o trabalhismo deveria ser superado era, dessa forma, uma posição assumida publicamente, mesmo em um veículo oficial do partido. É possível, portanto, perceber-se que a convivência entre segmentos diferenciados no interior do PDT estava longe de ser pacífica. As tensões eram muitas e não eram encaradas como questões menores. Da perspectiva de dirigentes e quadros não-vinculados à tradição trabalhista original, essa corrente deveria ser superada; ao antigo, era preciso contrapor urgentemente o novo. O partido trabalhista deveria se tornar, rápida e inequivocamente, socialista, o que era atestado pela declaração direta e sem rodeios de Sebastião Néri (1984), para quem “[...] à medida que a redemocratização avança, a tarefa do PDT vai se acabando, porque o PDT, na verdade, é mais trabalhista do que socialista e nós temos que ser mais socialistas do que trabalhistas”.

Dessa expectativa de superação, depreende-se o sentido do debate em torno da sigla. Não eram poucos os quadros do partido que julgavam ter o PDT já cumprido sua missão histórica. Para esses, o socialismo deveria ser encarado como o norte predominante do partido, já que a tradição trabalhista realizara sua tarefa. Daí a relevância das discussões em torno da mudança do nome do partido

e, conseqüentemente, da legenda. É evidente que tal postura implicava um alto nível de tensão interna, o que é atestado por Luiz Alfredo Salomão, quando inquirido sobre as relações entre a tradição vinculada às figuras de Vargas e Jango, de um lado, e a proposta socialista, de outro: “[vejo] como um conflito potencial. O que eu observo no dia a dia da política é um embate ainda silencioso, ainda não explicitado, entre a corrente do trabalhismo tradicional e a corrente socialista” (Salomão, 1984).

Está claro que havia pontos em comum que, em muitos casos e durante alguns anos, falaram mais alto do que as diferenças de perspectiva. No plano econômico, rigorosamente todos os entrevistados defendiam a combinação da iniciativa privada com uma forte ação do Estado, entendido como agente planejador e distributivo. Postulavam o controle estatal das áreas estratégicas, referentes aos interesses e à segurança nacionais. Dependendo das filiações políticas e ideológicas, a definição de tais áreas abarcava desde as jazidas de minérios e de petróleo até o sistema financeiro. A consolidação de um Estado a um só tempo distributivista e planejador tornaria dispensável, num primeiro momento, a socialização dos meios de produção, como sugeria, por exemplo, Theotônio dos Santos, membro fundador da POLOP:

Não é necessário socializar os meios de produção. Não necessariamente na sua totalidade. O socialismo é um regime intermediário. É um processo de transição histórica que não resolve totalmente a questão da economia mercantil. No socialismo continuam existindo relações mercantis. O que muda é que o socialismo submete as relações mercantis ao planejamento econômico. Para alcançar isso, é necessário ter o controle e a propriedade das forças produtivas nos setores mais estratégicos da economia (Santos, 1984).

É claro que tal postura conhecia variações. No plano mais genérico, porém, as teses econômicas não davam lugar a maiores

conflitos. Possivelmente, pensavam que esses conflitos poderiam esperar pelo dia em que o novo trabalhismo, liderado por Brizola, tivesse finalmente conquistado o poder federal. Do mesmo modo que esposavam as teses nacionalistas e antiimperialistas, todos defendiam a adoção de uma política agressiva de reforma agrária e de incentivo aos pequenos produtores e às cooperativas. Alguns sustentavam ainda a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, e todos, reconhecendo a condição de subdesenvolvimento do País, advogavam, como condição de possibilidade da implantação do socialismo democrático no Brasil, o rompimento da dependência econômica.

Diante do quadro aqui apresentado, pode-se perceber que a pergunta sobre o conteúdo do socialismo encampado tinha muitas respostas plausíveis. Da máxima de Juruna (1984), “[...] socialista mesmo é a tribo de índio”, à remissão ao passado da população afro-brasileira de Abdias do Nascimento (1984), “O socialismo brasileiro tem que se basear, irredutivelmente, na experiência quilombista, se não quiser ser uma flor de estufa”, passando pelas inspirações solidarista, eurocomunista, marxistas de várias tendências e trabalhistas idem, o socialismo democrático dos novos trabalhistas tinha várias cores. Daí, talvez, o alcance do adjetivo moreno, expressão da mestiçagem fundamental que marca a formação étnica da sociedade brasileira. Ele traduzia, certamente, o traço que unia correntes e apaziguava, ainda que precariamente, as tensões internas: a defesa incondicional de se encontrar o tom local, o modo brasileiro de ser socialista. Em suma, uma intuição nacionalista atravessava o discurso de novos e velhos trabalhistas voltados para a conquista de um espaço privilegiado do qual pudessem interferir nos rumos futuros da política brasileira em um de seus mais delicados e férteis momentos.

Pode-se dizer que os eixos que articulavam os debates giravam em torno da definição de socialismo, democracia e trabalhismo. Do mesmo modo, os mecanismos de articulação de cada um desses elementos eram, também, motivos de polêmicas acaloradas. Visto retrospectivamente, havia apenas dois pontos realmente comuns às

várias correntes: o lugar atribuído a Brizola e uma espécie de intuição nacionalista. Quanto ao primeiro, a liderança de Brizola era incontestável. É evidente que essa aceitação tinha motivações diversas, que poderiam ir da devoção incondicional ao líder até o diagnóstico, em certos casos atravessado por uma ponta de oportunismo, de que com ele o novo trabalhismo chegaria ao poder federal. Independentemente disso, a adesão irrestrita a Brizola acabou por dar o tom do novo trabalhismo. Rebelar-se contra ela, ou simplesmente relativizá-la, provocou seguidos processos de expurgo. Daí o novo trabalhismo ter se transformado gradativamente em brizolismo.

A intuição nacionalista é o segundo ponto comum flagrado em todas as correntes. Ainda que também ela aparecesse de formas diferenciadas, a pluralidade aí observada não era suficientemente forte para precipitar maiores polêmicas. Talvez não seja gratuito que a expressão mais precisa dessa intuição encontre-se na declaração de Darcy Ribeiro, o inventor da expressão socialismo moreno, mote que obteve tanto apelo popular:

A posição socialista é a posição dos que querem passar o Brasil a limpo, no sentido de fazer com que o Brasil se torne habitável, para que todos os brasileiros tenham os mínimos indispensáveis. Mínimos a partir dos quais nós passaríamos a existir como povo civilizado entre outros. Esse mínimo é o socialismo brasileiro. E um socialismo brasileiro surgirá de nossa história, com a nossa carne e com a nossa cor, moreno. Um socialismo brasileiro começa por assumir o povo moreno que nós somos, mas sobretudo a nossa pobreza. Assumir esta pobreza sabendo que ela dá lucro para muita gente. Muita gente quer que o país continue assim. Nós somos contra isso (Ribeiro, 1984).

Considerações finais

74

Como que para punir os que não ficam a contemplá-lo, o tempo passa rápido. Cerca de vinte anos após as publicações da seção *Que socialismo é esse?*, o conteúdo das intervenções pode soar datado, superado pelas transformações ocorridas no Brasil e no mundo. Muitos de seus personagens estão mortos; outros se recolheram às sombras do esquecimento. Há ainda aqueles que pautaram sua carreira posterior por escolhas pouco compatíveis com os princípios ali defendidos. Coisas da chamada política real. Reunidos no PDT, sigla de que vários deles não gostavam, alimentavam a expectativa de chegar ao poder federal, alavancados pela liderança de Brizola, herdeiro incontestável do legado trabalhista, e proceder às mudanças estruturais que advogavam. Esse projeto, como outros, fracassou. Ainda assim, a bem da memória política nacional, ele não deve ser esquecido, pelo que teve de virtudes e equívocos. Ao mesmo tempo, é inegável que sua tessitura confunde-se com a história política recente do estado do Rio de Janeiro.

Se, no plano nacional, a perspectiva de chegar ao poder não vingou, no Rio de Janeiro as coisas foram bem diferentes. De 1982 a 2004, ano em que este pequeno artigo foi composto, apenas um governador eleito, Wellington Moreira Franco, vencedor em 1986, não pertencia ao PDT ou havia passado pelas fileiras do partido. No que diz respeito à prefeitura da capital, o mesmo se deu, à exceção de Luiz Paulo Conde. O PDT não chegou a se firmar como força política nacional capaz de chegar ao Palácio do Planalto, a despeito dos muitos dirigentes de destaque que, nos mais diversos estados, se filiaram a ele. No âmbito do estado do Rio de Janeiro, no entanto, o novo trabalhismo deu o tom, para o bem ou para o mal, da política local por, pelo menos, duas décadas. Isso não é pouco.

Pouquíssimos anos após a última publicação da seção, o socialismo entrou em crise profunda e, assim como o nacionalismo, foi desacreditado como uma novidade antiga, sem valor prático. Mudaram os valores, as concepções de Estado, a definição do moderno. Mesmo assim, o legado deixado por essa experiência

política, o novo trabalhismo, não deveria ser simplesmente descartado, pois, ao menos no que diz respeito ao entusiasmo e à convicção no poder transformador da política, ele tem muito a oferecer às gerações vindouras. Além do mais, a despeito das mudanças radicais ocorridas desde então, a nossa pobreza, de que falava Darcy Ribeiro, continuou a mesma, à espera de que seja passada a limpo.

The many colors of “moreno” socialism

Abstract. The article analyses the building of *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) in the 80's, taken as a scenery the city of Rio de Janeiro. Its center is the analysis of interviews with leaders who were linked to the party, published in the section *What kind of socialism is this?*, in the newspaper *Espaço Democrático*. In that section themes as democracy, socialism and labourism are treated, and dilemmas and divergences concerning to the new party are revealed. It calls attention to the political relevance of *PDT* in Rio de Janeiro, in the municipal as well as state sense.

Keywords: PDT. Democracy. Socialism. Labourism.

Notas

¹*Espaço Democrático*, ano 1, n. 15, 26/31 mar. 1984.

² A lista completa dos entrevistados, por ordem de aparição, é a seguinte: Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro, Saturnino Braga, Matheus Schmidt, Pedro Celso Uchôa Cavalcante, Abdias Nascimento, Francisco Julião, Rogê Ferreira, Euzébio Rocha, Sebastião Néri, Cibilis Viana, Neiva Moreira, Theotônio dos Santos, Clóvis Brigagão, Luiz Alfredo Salomão, Ademar de Barros Filho, Anacleto Julião, Moema São Thiago, José Maria Rabelo, Luiz Henrique Lima, Bayard Boiteux, Eduardo Chuay, Miguel Bodea, João Paulo Batista Marques, Juruna, Paulo Timm, Rosa Cardoso, Brandão Monteiro, José Carlos Guerra, Lúcia Doutel de Andrade, Alceu Collares, Carlos Alberto de Oliveira (Caó), Terezinha Zerbini, Getúlio Dias, Pernambuco, Amaury Müller, Hélio Rabelo, João Vicente Goulart, Maurício Dias David, João Monteiro Filho, Lamartine Távora, Moniz Bandeira, Edmundo Muniz, Paulo Canabrava Filho e Hélio Fontoura.

³ Utilizo-me aqui, de forma livre, da célebre diferenciação estabelecida por Joaquim Nabuco, em seu vastamente conhecido ensaio *Da liberdade dos antigos comparada às dos modernos*, in *Filosofia Política* n. 2, Bento Gonçalves/Campinas, UFRGS/UNICAMP, 1985.

Referências

- BOITEUX, Bayard. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 35, 19/25 out. 1984.
- BRANDÃO MONTEIRO. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 34, 30 nov. / 6 dez. 1984.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 28, 31 ago./6 set. 1984.
- CHUAY, Eduardo. *Espaço democrático*, ano 1, n. 35, 19/25 out. 1984.
- JULIÃO, Anacleto. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 31, 21/27 set. 1984
- JULIÃO, Francisco. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 21, 13/19 jul. 1984.
- JURUNA. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 38, 9/15 maio 1984.
- MULLER, Amaury. *Espaço Democrático*, ano 2, n. 49, 1/7 fev. 1985.
- MUNIZ, Edmundo. *Espaço Democrático*, ano 2, n. 56, 29 mar. / 4 abr. 1985.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 20, 29 jun./5 jul. 1984.
- NÉRI, Sebastião. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 24, 3/9 ago. 1984.
- RIBEIRO, Darcy. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 16, 1/7 jun. 1984.
- RABELO, José Maria. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 33, 5/11 out. 1984.
- SALOMÃO, Luiz Alfredo. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 29, 7/14 set. 1984.
- SANTOS, Theotônio dos. *Espaço Democrático*, ano 1, n 27, 24/30 ago. 1984.
- SÃO THIAGO, Moema. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 32, 28 set./4 out. 1984.
- UCHOA CAVALCANTE, Pedro Celso. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 18, 22/28 jun. 1984.
- VIANA, Cibilis. *Espaço Democrático*, ano 1, n. 25, 10/16 ago. 1984.